

# OFICINAS DE MUHIPITI

planeamento estratégico  
património  
desenvolvimento

organização:  
Walter Rossa  
Nuno Lopes  
Nuno Simão Gonçalves



## ESPAÇO PÚBLICO

António de Amurane  
Fernando Pires

### *Missão-encomenda previamente formulada*

**P**retende-se que, a partir de uma avaliação e tipificação de situações dos espaços públicos da Ilha, esta oficina produza um quadro de intervenção com exercícios-caso muito diversos que ilustrem o tipo e estratégia que se afiguram necessários empreender. É fundamental que, nessa avaliação prévia, sejam identificados os usos atuais e potenciais dos espaços existentes, no que não são de forma alguma descartáveis as questões de ordem simbólica e de representação. Chama-se a atenção para a necessidade de levar em linha de conta: custos das soluções, fácil acesso aos materiais e à mão de obra especializada necessária, durabilidade face aos requisitos locais, tipificação de soluções por forma a reduzir custos e dificuldades de gestão de estaleiro e armazém de reparações e reposições, impacto estético num bem com a distinção patrimonial detida pela Ilha, otimização e reutilização de materiais e/ou soluções existentes. Em suma, um apelo ao bom senso em que a excelência do desenho deve resultar da aplicabilidade e não do efeito em projeto. Seria louvável que um dos resultados do trabalho desta oficina fosse um manual prático para a qualificação do espaço público da Ilha, à imagem de muitas que se conhecem, razão pelo qual a equipa se deverá ter previamente inteirado de alguns exemplos.

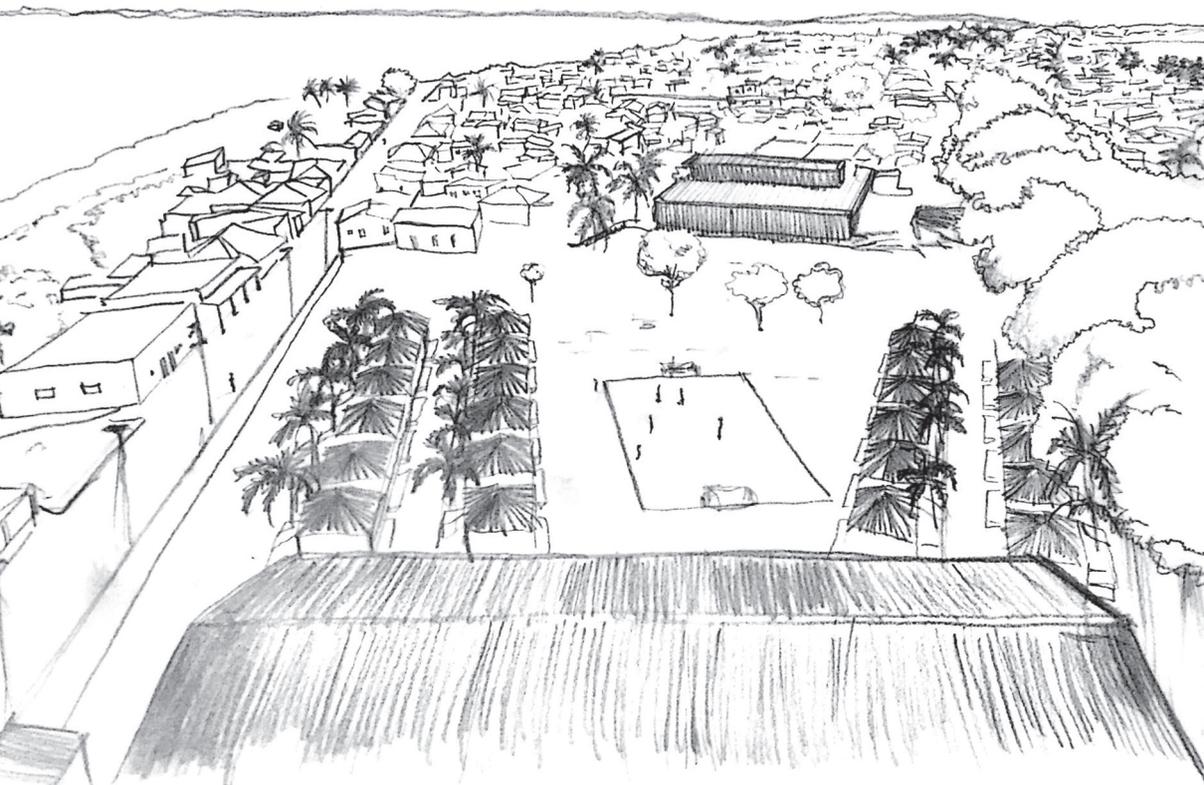
## 1. INTRODUÇÃO

A partir de uma avaliação e tipificação de situações dos espaços públicos da Ilha, esta *oficina* teve como tarefa a produção de um quadro de intervenções, com dois exercícios-casos muito diversos, que ilustrem o tipo e estratégia que se afiguram necessários empreender. Nessa avaliação prévia seriam identificados os usos atuais e potenciais dos espaços existentes, incluindo as questões de ordem simbólica e de representação. Era, desde logo, importante levar em linha de conta os custos das soluções, a acessibilidade aos materiais e à mão de obra especializada necessária, a durabilidade face aos requisitos locais, a tipificação de soluções (reduzindo custos e dificuldades de gestão de estaleiro e armazém), o impacto estético num bem com a distinção patrimonial detida pela Ilha, a otimização e a reutilização de materiais e/ou soluções existentes.

Note-se que as características dos espaços públicos da Ilha abarcam, naturalmente, as várias dimensões temporais e espaciais que foram acompanhando a dinâmica de ocupação de diferentes povos que a cruzaram ou se foram estabelecendo nesta área, o que nos alerta para a existência de uma multiplicidade de culturas espaciais que é preciso ter em conta. Um segundo aspeto a não descurar é o facto de a Ilha ter um clima tropical húmido e um ecossistema próprio que, no seu conjunto, determinou características construtivas específicas do seu edificado, tanto ao nível de estruturas e materiais de construção, quanto à forma da distribuição dos espaços. Por isso, o desenho de uma estratégia de intervenção para os espaços públicos da Ilha passa, necessariamente, por ter em conta estes aspetos, constituindo uma ferramenta importante para a salvaguarda e desenvolvimento do seu património material e imaterial.



A estrutura urbanística da Ilha é composta por dois setores com características bem distintas: a *cidade de pedra e cal* e a *cidade de macuti*. A *cidade de macuti* ocupa a parte a sul do hospital, foi o espaço onde maioritariamente se instalou a população autóctone em casas de tipos tradicionais, cuja marca fundamental é, precisamente, as coberturas em *macuti*. A *cidade de pedra e cal* ocupa a área restante, a norte, onde não só se instalaram os colonizadores europeus e os seus equipamentos, mas também comerciantes das mais diversas origens. Por isso, ali se encontram os edifícios mais emblemáticos da cidade.





As características e os usos dos espaços públicos são diferentes em cada uma das áreas. Na *cidade de pedra e cal* estão definidos e espacialmente estruturados, sendo constituídos por praças e jardins, normalmente pavimentados e arborizados. São, no entanto, pouco vivenciados pela população local, ou melhor, são sobretudo usados quando acontecem eventos desportivos, religiosos, culturais ou comemorativos. O mesmo não se passa na *cidade de macuti* onde, além das ruas que contornam o seu perímetro e nas quais está a maioria do comércio local, há uma rede de ruas e espaços interiores não pavimentados que asseguram o acesso às casas e funcionam como espaços públicos, embora não tenham essa definição, pois não possuem equipamentos nem mobiliário urbano, não são arborizados, etc. Estes espaços são muito vivenciados pela população, no que é determinante a utilização dos elementos de mediação entre as áreas privadas e as públicas, como as varandas das casas, que funcionam como espaço de estar e, simultaneamente, de pequeno comércio caseiro.



Perante esta realidade espacial, o desafio principal desta *oficina* foi encontrar respostas que levem em consideração essas diferenças, mas que também visem a integração da cidade, de forma a que a população usufrua dos espaços públicos como um todo. É ainda necessário potenciar e desenvolver a consolidação de diferentes tipos de espaços públicos servindo e estruturando toda a Ilha.

Da análise efetuada tornou-se claro que o elemento mais importante da rede dos espaços públicos da Ilha, até porque assegura a ligação entre as *cidades*, é o eixo formado pela avenida 25 de Junho. O troço que atravessa a *cidade de macuti* é, seguramente, um dos mais importantes lugares de vivência urbana, sendo também ali que se processa parte significativa do comércio informal. Já na *cidade de pedra e cal*, a avenida vai conectando os principais largos e praças. Esse eixo funciona ainda como divisor longitudinal da Ilha.





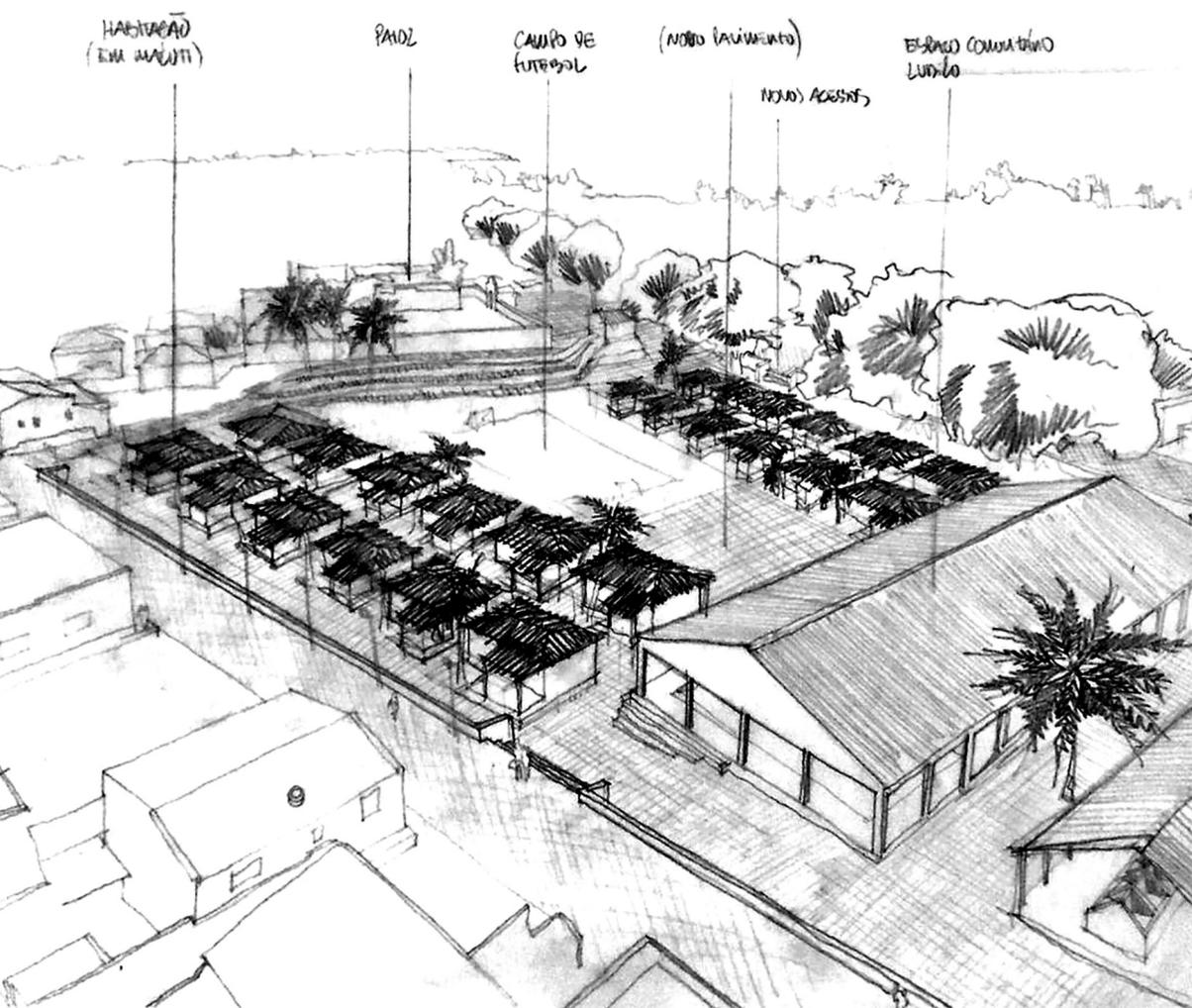
Na contracosta da *cidade de macuti* formaram-se os bairros Marangonha, Areal, Unidade e Quirahi e nesse processo, que decorreu durante a dominação colonial, foram alvo de intervenções urbanísticas que lhe conferiram ruas razoavelmente regulares e desafogadas, particularmente na orla costeira (SNPE; Arkitektskolen i Århus, 1986: 141). Na costa estabeleceram-se, nas antigas pedreiras da cidade, os bairros do Esteu, Lithine (*buraco* ou *cova*) e Macaribe (*por do sol*). Tiveram como origem a deslocação dos moradores da contracosta, quando as autoridades coloniais locais ali pretenderam substituir as *casas de macuti* por *casas de pedra e cal* (Lobato, 1945: 86). Estes bairros estão a uma cota inferior aos eixos de circulação que os delimitam e, por isso, são pouco ventilados, estão sujeitos a cheias e o sistema de drenagem instalado há alguns anos tem sido inoperante. O arruamento é irregular, bem como a disposição das construções. Os espaços públicos apresentam reduzidas dimensões, mas muito vivenciados, também como extensão da própria habitação.

O tecido urbano da *cidade de pedra e cal* é formado por um sistema de quarteirões, largos e praças, estruturados e interligados por ruas e travessas que asseguram a conexão entre a costa e a contracosta. Os mais emblemáticos edifícios da cidade — Fortaleza de São Sebastião, Palácio, Capela e Torre de São Paulo, Igreja da Misericórdia, Convento de São Domingos, Câmara — tendem a articular-se com praças e largos como, por exemplo, o Campo de São Rafael, o Largo de S. Paulo ou o Largo do Mercado. São espaços públicos razoavelmente definidos, estruturados e equipados mas, conforme já registado, pouco usados pela população.

Foi a partir desta, aqui sumarizada, visão de conjunto, que a *oficina* teve de escolher os espaços sobre os quais desenvolver as suas propostas. Procuraram-se casos passíveis de intervenções simples e concernentes com a realidade local, levando-se ainda em conta o facto de estarem em curso ações do mesmo escopo por parte do Município, com o apoio da UCCLA, em relação às quais seria obviamente desajustado coincidir ou colidir.



Foi assim que se seleccionou o Campo de S. Gabriel, na *cidade de pedra e cal* (descampado adjacente à fortaleza, o qual foi denominado *espaço entre praias*), e o aqui designado *espaço Nália* (*semear*), no Bairro de Macaribe da *cidade de macuti* (constituído pelo mercado Nália e áreas adjacentes). São dois espaços que apresentam aspetos bastantes peculiares do ponto de vista dos seus processos de formação e das estruturas socioeconómicas e formais, requerendo, assim, diferentes formas de intervenção.



### 3. AS PROPOSTAS

#### 3.1. Espaço Nália

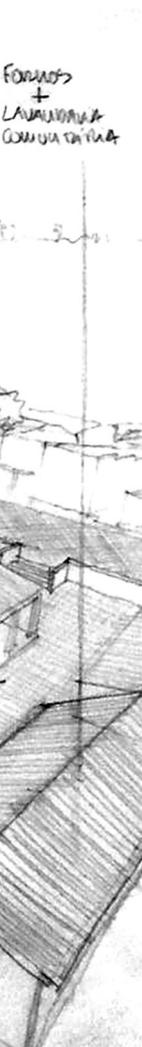
O espaço Nália é delimitado a sudeste pela Avenida 25 de Junho, a noroeste pela Rua da Solidariedade, a nordeste pela Cisterna e a sudoeste pela antiga M Cel. É um espaço bem contido, até porque está cerca de quatro metros abaixo das ruas que o circundam, o que dificulta a circulação de veículos, a sua drenagem e saneamento, em especial quando ocorrem chuvas intensas, sendo objeto de frequentes inundações. No espaço está construído o Mercado Nália, hoje inativo, correspondendo a um conjunto coberto de bancadas em betão utilizado por crianças e adultos como espaço de lazer e descanso. No perímetro existem várias construções precárias, por regra arrendadas. Mas o fulcro da área é um espaço vazio onde se pratica futebol.

A nossa proposta visa uma intervenção contida, integradora e controlada, tendo em conta os edifícios situados na periferia, como são os casos da cisterna e da Capela de São Francisco Xavier, mas também do mercado e até mesmo as construções mais precárias. Pretende-se criar um espaço multifuncional, arborizado e com boa acessibilidade.

Neste sentido e visando uma reorganização espacial, propõe-se a remoção de algumas das construções precárias e construção de novos edifícios para habitação com melhores condições de habitabilidade. Prevê-se a implementação de novos arruamentos que melhorem os acessos e a ventilação do local. Ao longo dos percursos e dos espaços mais desafogados, propõe-se a plantação de árvores de espécies endémicas na região.

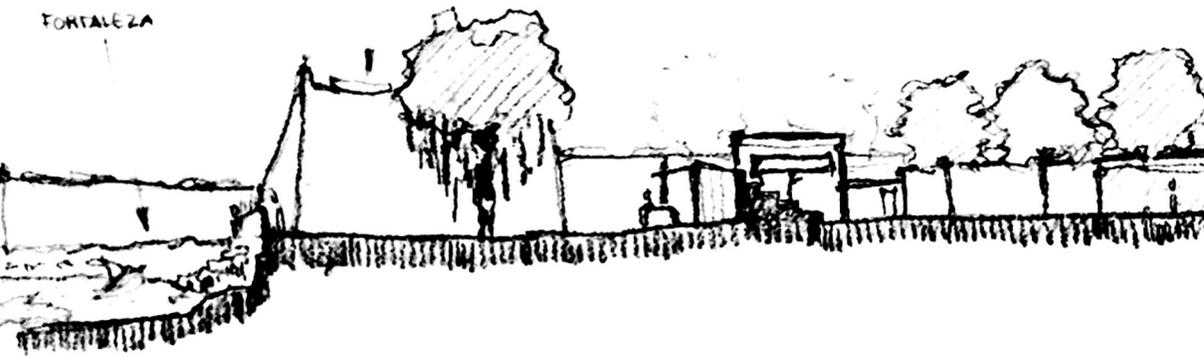
Foi considerado fundamental manter o espaço central como lugar para a prática de futebol, acrescentando alguns equipamentos que viabilizem a realização de outros eventos desportivos e culturais. No antigo mercado Nália foi proposta a remoção da maioria das bancadas, com vista à conformação de um espaço amplo e coberto para reuniões comunitárias e prática de desportos de salão (basquetebol, futsal, etc.).

Propõe-se também a instalação de equipamentos públicos, nomeadamente uma lavandaria comunitária, sanitários públicos, bem como a instalação de iluminação pública e de um sistema de recolha de lixo.



FORTALEZA  
S. SEBASTIÃO

PRAIAS DA  
FORTALEZA



### 3.2. Espaço entre praias/ Campo S. Gabriel

O espaço entre praias aglutina quatro de elevada importância social e histórica: Fortaleza de São Sebastião, Praia da Fortaleza, Praia das Rochas e Campo Municipal de São Gabriel. Este espaço é limitado pela fortaleza, a nordeste, pelo parque, a sudoeste, pela Praia da Fortaleza, a nordeste, e Praia das Rochas, a sudeste. É um amplo descampado, sem construções, pouco utilizado pela população, exceto em dias festivos e de jogos de futebol, nos quais se verifica um elevado afluxo de pessoas e veículos.

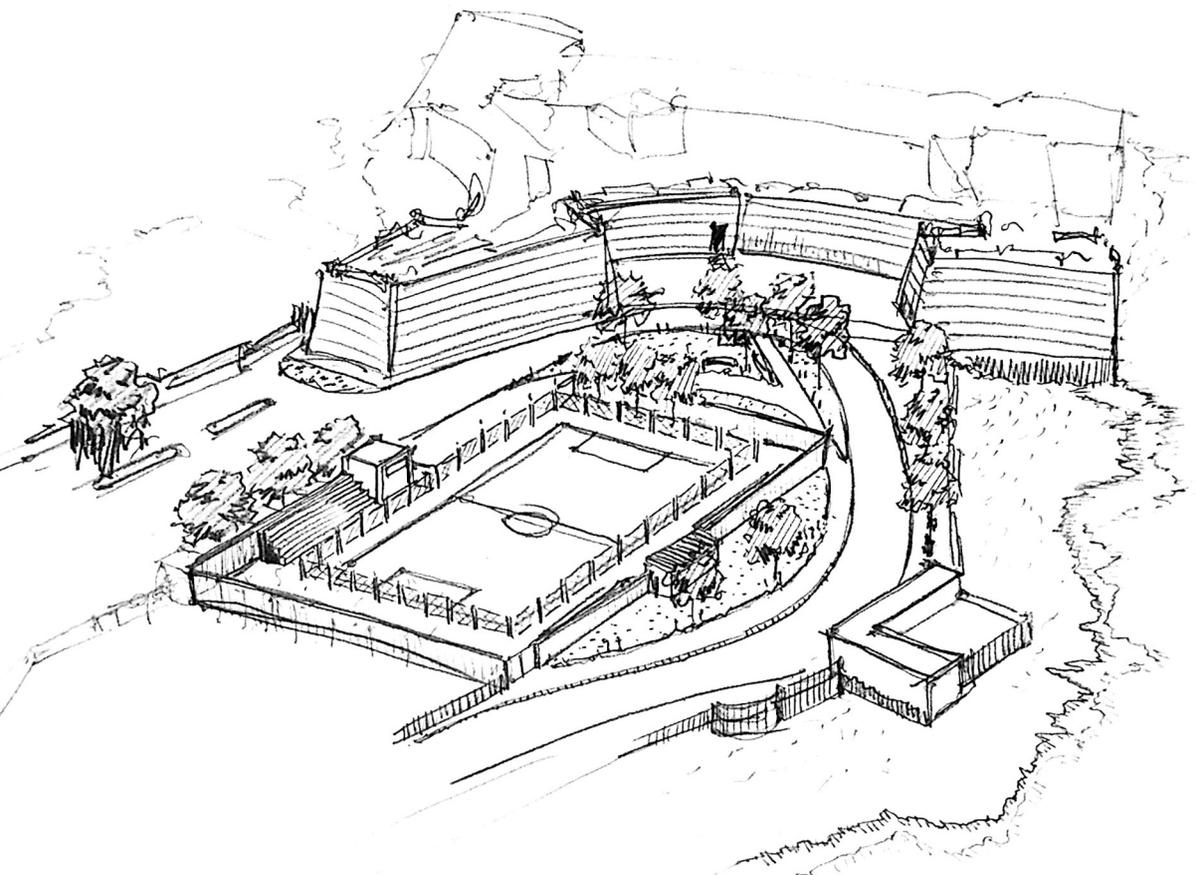
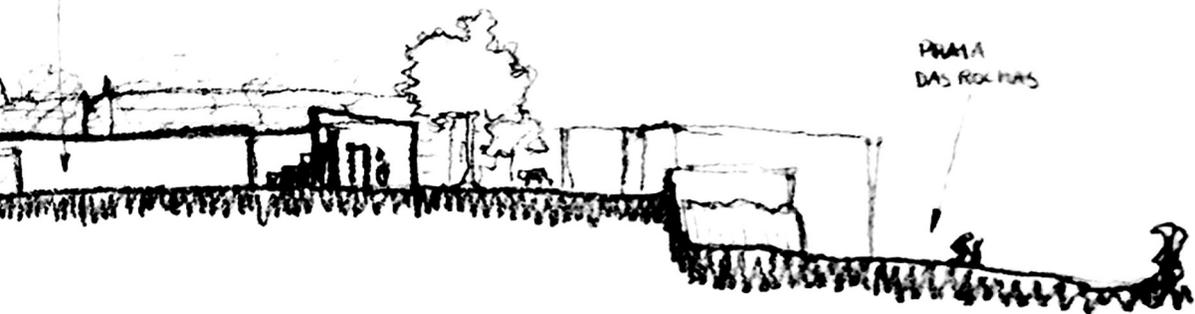
A proposta visa catalisar novas perspectivas e experiências espaciais, sendo um dos objetivos centrais a interação das quatro zonas. Para isso, é fundamental atenuar a barreira visual e a tensão criadas entre o muro do campo municipal e a fortaleza, através da sua remoção parcial e o melhoramento da circulação pedonal.

Em termos de acessibilidade, a proposta desenvolve a ligação entre as duas praias, dando continuidade à já existente pavimentação da marginal. Propõe-se a abertura de novos percursos e espaços de permanência e lazer, diretamente relacionados com a fortaleza e de acordo com a proposta de reabilitação produzida pela respetiva *oficina*. Prevê-se a arborização de toda a área, a colocação de sanitários públicos, assim como a realocação das barracas existentes junto à praia para um espaço interior, proporcionando maior dinâmica e atração de mais gente ao local.

Em suma, a intervenção pretende promover um espaço único, aglutinando os espaços contíguos de forma harmoniosa e cuidadosa, tendo sempre em conta o ambiente envolvente, as cargas histórica e simbólica e conferindo-lhe legibilidade e fruição.

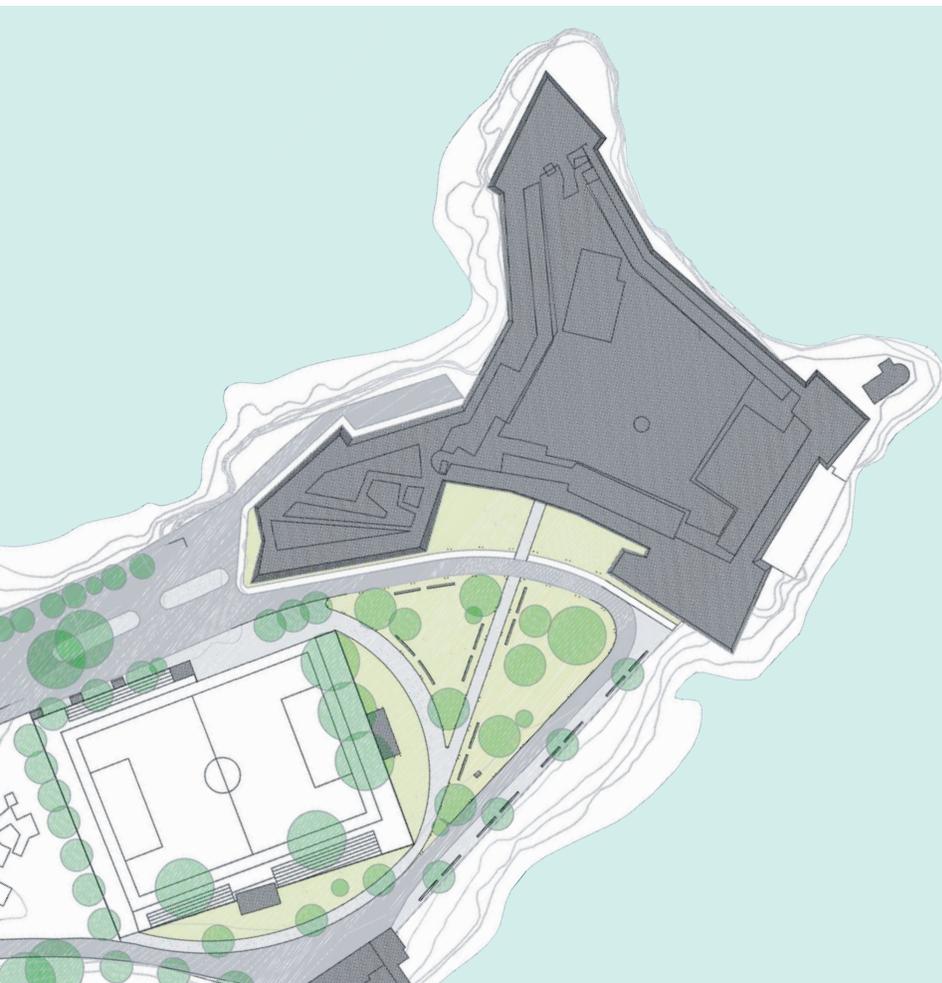
AMPO DE  
UTEBOL

PRATA  
DAS ROXINAS



#### 4. NOTAS FINAIS GERAIS

Em todo o processo de análise ficou patente que na *cidade de pedra e cal* os espaços públicos estão formalmente definidos, evidenciando-se, porém, uma carência de elementos que potencializem a vivência urbana, mantendo-se a sua amplitude. Nesse sentido, as principais recomendações para a sua melhoria consistem numa seleção de mobiliário urbano, essencial para a vivência desses espaços, nomeadamente momentos de pausa, repouso ou lazer aos transeuntes e utentes habituais. Considerou-se também fundamental melhorar a iluminação pública e incrementar a arborização que é escassa, está doente e envelhecida.



Na *cidade de macuti*, sem prejuízo das áreas de habitação, os espaços públicos precisam de ser reestruturados e ganhar dimensão. Neste caso, as recomendações são no sentido de se proceder à pavimentação de algumas áreas, evitando o estreitamento acentuado das ruas com novas construções, permitindo maior mobilidade. A arborização dos espaços é, também aqui, essencial para a criação de microclimas e espaços mais agradáveis, sendo também fundamental o melhoramento na iluminação pública.

As intervenções propostas consideram sempre os princípios de adequação técnica, ambiental e cultural, de modo a evitar transformações agressivas ao carácter da própria Ilha.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHEN, Arthur *et al.* (2011), *Preliminary study on public spaces in Ilha de Moçambique*. Center for World Heritage Studies: University of Minnesota.
- LOBATO, Alexandre (1945), *A Ilha de Moçambique (Monografia)*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional.
- SNPE, Secretaria de Estado da Cultura de Moçambique; Arkitektskolen i Århus, Denmark (1986), *Ilha de Moçambique, relatório – Report 1982-85*. Moçambique e Dinamarca: Secretaria de Estado da Cultura e Arkitektskolen i Århus.